

A importância da abordagem de gênero e sexualidade no contexto escolar

The importance of the gender and sexuality approach in the school context

DOI:10.34117/bjdv7n5-543

Recebimento dos originais: 07/04/2021

Aceitação para publicação: 25/05/2021

Sulene Rosa da Silva

Mestra em Agronomia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS. Agente de Serviço Administrativo no Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES
Avenida Boa Vista, Q. 31, Lt. 5, Setor Boa Vista – CEP 75830-299 – Mineiros – GO
E-mail:sulene_2011@hotmail.com

Eleno Marques de Araújo

Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - bolsista da FAPEG. Professor Titular na UNIFIMES - Centro Universitário de Mineiros
Rua 22, s/n. Setor Aeroporto (UNIFIMES), CEP 75833-130 Mineiros – GO
E-mail:profelenoaraujo@outlook.com

Vânia Maria de Oliveira Vieira

Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC/SP. Docente no Curso de Psicologia e no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba – UNIUBE
Rua Aristeu Pires França, N. 477. Apto 203, Bairro São Sebastião – Uberaba – MG.
E-mail:vania.vieira@uniube.br

RESUMO

Na contemporaneidade, temas como gênero e sexualidade estão presentes de forma mais contundente na sociedade, ainda assim, existem más concepções, preconceitos e desigualdade em relação ao assunto. No entanto, esses termos fazem parte da sociedade e da cultura de cada ser humano, mesmo que não seja abordado adequadamente, são todas essas questões que moldam os seres humanos e conseqüentemente a sociedade na qual estão inseridos. Dessa forma, introduzir essas questões no contexto educacional, visto que a escola é um meio formador de consciência do indivíduo sobre si e sobre o meio em que vive, se torna extremamente necessário para produzir reflexões e questionamentos, além de promover o respeito a todos os membros da sociedade. O presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da educação sexual na escola, com enfoque em gênero e sexualidade e reafirmar a necessidade da formação dos professores para trabalharem essa temática em sala.

Palavras-chave: Gênero, Políticas Educacionais, Sexualidade.

ABSTRACT

In contemporary times, themes such as gender and sexuality are present more forcefully in society, yet there are misconceptions, prejudices and inequality in relation to the subject. However, these terms are part of the society and culture of each human being, even if not addressed properly, it is all these issues that shape human beings and consequently the society to which they are inserted. Thus, introducing these issues in the educational context, since the school is a means of forming the individual's awareness of themselves and the environment in which they live, becomes extremely necessary to produce reflections and questions, in addition to promoting respect for all students, members of society. The present work aims to show the importance of sex education at school, with a focus on gender and sexuality and reaffirm the need for teacher training to work on this theme in class.

Keywords: Genre, Educational Policies, Sexuality.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um dos locais de iniciação de vida social para as crianças. Este ambiente que promove o ensino e aprendizagem, é parte fundamental na orientação e formação das crianças em uma diversidade de assuntos. O que se percebe, na maioria das vezes, é que, apesar de se falar e ensinar sobre variados assuntos nas escolas, ainda existe certa restrição quando o assunto é sobre gênero e sexualidade. Até bem pouco tempo não era muito comum se falar abertamente sobre tal assunto em sala de aula. Segundo Ribeiro e Souza (2003), a questão sexual no ambiente escolar é analisada numa abordagem anátomo-fisiológica e de saúde sexual, predominando-se assim, uma discussão biológica sobre o assunto.

Nas escolas os assuntos em torno da temática gênero e sexualidade sempre foram mais voltados basicamente para campanhas sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. Para Anami e Figueiró (2009), por muito tempo falar sobre gênero e sexualidade era motivo de vergonha e de silêncio, causando assim, uma postura repressora na sociedade. Comumente entende-se que a educação sexual, é inicialmente ensinada para as crianças pelos pais em casa, e posteriormente é complementada na escola. Para bons resultados no ensino sobre gênero e sexualidade, é fundamental que as escolas disponham de profissionais capacitados para trabalhar tal conteúdo em sala de aula.

Segundo Figueiró (2009), quando se propõe aos alunos, estudar sobre educação sexual, há que se pensar, concomitantemente, em oportunizar aos professores participação em estudos que os auxiliem na capacitação para a orientação destes em sala

de aula. É fundamental que se considere a importância do trabalho voltado para o ensino sobre gênero e sexualidade nas escolas, pois segundo Nunes (2015), a educação sexual busca identificar e questionar estereótipos sexuais, visando uma compreensão significativa.

Pensando na qualidade da educação sexual nas escolas, presume-se que a capacitação de professores e de profissionais da educação é primordial para um bom desempenho dos conteúdos. Rodrigues e Wechsler (2014), asseguram que é importante que o educador amplie seus conhecimentos acerca do assunto, a fim de auxiliar os alunos que não possuem informações adequadas, respondendo às dúvidas de forma esclarecedora, respeitando a opinião de cada um, levando em consideração o modo como a educação sexual é abordada, tanto com os familiares quanto na escola.

Desta forma, ao notar-se a importância da discussão sobre esses temas nas escolas, o presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da educação sexual na escola, com enfoque em gênero e sexualidade e reafirmar a necessidade da formação dos professores para trabalharem essa temática em sala.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho constituiu-se de uma pesquisa de revisão de literatura, que segundo Gil (2017), consiste em um estudo aprofundado das obras (artigos, livros e revistas) publicados sobre o tema em questão. Dessa forma, a pesquisa foi desenvolvida através de metodologia qualitativa, empregando-se o método explicativo e a técnica empírica de investigação, baseando-se na consulta a material didático e doutrinário, tais como, livros, vídeos, artigos científicos, monografias, legislações, periódicos entre outros.

O levantamento bibliográfico se faz necessário para a obtenção de uma base teórica, afim de analisar os dados coletados. Desta forma, a fundamentação está voltada para as concepções sobre Gênero e Sexualidade a partir de artigos científicos de autores como: Figueiró (2009), Louro (2007), Moser (2001) entre outros.

3 GÊNERO E SEXUALIDADE

Gênero está relacionado a uma construção social do sexo biológico, que define as características físicas do corpo, identificando o sexo masculino e o sexo feminino. Para Scott (1990), gênero é uma construção histórica e social, que implica abarcar outras questões para compreendê-lo. Já a sexualidade, diz respeito às escolhas das relações

afetivas e objetos de desejo do ser humano. Dessa forma, o termo gênero pode ser compreendido como uma definição de papéis, comportamentos, atributos e atividades presentes em uma sociedade em determinada época, considerando os comportamentos a serem desempenhados apropriadamente para os homens e as mulheres.

Todavia, conforme Silva (2007), elucida, diferentemente dos sistemas tradicionais de gênero – masculino e feminino – e dos aspectos de se operar nos relacionamentos sociais, o gênero é uma decorrência dos meios sociais e culturais aos quais uma pessoa esteja inserida, e não se trata de divergências naturais apresentadas pelos corpos de mulheres e homens. Assim, para as ciências humanas e sociais:

[...] o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos (SILVA, 2007, p. 39).

Assim, o mais importante no que diz respeito ao estudo das relações de gênero é a discussão dos processos e das transformações da construção histórica e social que estão contidas na formação do ser humano, pois a construção do gênero trata-se muito mais de uma questão social e histórica do que biológica.

Moser (2001), afirma que a sexualidade não se vincula só à transmissão da vida, mas a acompanha como um componente inseparável. A sexualidade está diretamente relacionada ao sentimento mais íntimo de um indivíduo, trata-se de todas as características que as pessoas possuem e que as tornam uma espécie humana. Freud (2006), considera que, o ser humano desde o seu nascimento apresenta impulsos, ainda que de forma inconsciente pela busca do prazer, esses impulsos naturais do indivíduo tratam-se de manifestações da libido e da energia sexual.

De acordo com Foucault (2012), surge no século XIX o termo sexualidade em um contexto totalmente diferente de uma reformulação do vocabulário, sendo que a utilização dessa palavra passou a ser relacionado a outros assuntos, como a estabelecimento de um grupo de normas e regras apoiadas por instituições pedagógicas, religiosas, médicas e jurídicas; ao desenvolvimento das áreas de conhecimentos variadas; e, mudanças nas formas pelas quais o ser humano possa se levar a empregar sentido aos seus desejos, sentimentos, conduta, prazeres sonho e sensações.

Dessa forma, pode-se perceber que a sexualidade é um conjunto de sentimentos e sensações que vão muito além de uma relação sexual, está ligada as descobertas que os

indivíduos fazem em relação aos seus corpos. Tratando-se de uma extensão da essência humana que perdura por toda a vida e está presente nos meios, seja familiar, escolar ou na sociedade.

No entanto, falar sobre a sexualidade é considerado por muitos uma invasão ou tabu, sendo rejeitada nas famílias, religiões e até mesmo no campo educacional. A sexualidade não se aflora de um momento para o outro na vida de uma pessoa, ela está presente desde seu nascimento, porém é na puberdade que ela se manifesta com maior intensidade, devido às explosões hormonais que ocorrem no corpo durante essa fase (PIMENTEL, 2010). Sendo que, nessa etapa da vida, o indivíduo começa sua procura por novas emoções e sentimento, e como na maioria das vezes esse assunto é ignorado acaba por gerar uma grande expectativa nos jovens.

Pimentel (2010), considera que a sexualidade seja muito mais que apenas sexo físico, não estando limitada as características presentes no comportamento direcionado ao prazer sexual, sendo assim, a orientação em relação a sexualidade torna-se muito importante, pois a sociedade em que se vive é rodeada por preconceitos. Dessa forma, as relações familiares e sociais definem como a sexualidade e abordada e orientada, sendo que esses aspectos estão diretamente ligados a educação dos indivíduos.

Educar os indivíduos acerca das diversas possibilidades de se expressar o gênero e a sexualidade torna-se importante ao se pensar na escola como um ambiente que proporciona a cidadania e o respeito aos direitos humanos, uma vez que as escolas não são apenas lugares onde se aprende conteúdos curriculares, mas que promove as primeiras interações sociais, a edificação de vínculos de afetividades e as identificações sociais dos educandos, sobretudo no que se diz respeito a produção de subjetividades do ser humano.

4 BREVE HISTÓRICO SEXUALIDADE E GÊNERO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

No Brasil do século 20, havia um sistema escolar que demonstrava ao mesmo tempo um avanço e um recuo em relação a uma proposta de educação sexual, pois não havia um consenso sobre a responsabilidade acerca do ensino sexual, se era de responsabilidade da família ou da escola. O que existia na época sobre esse assunto era voltado a formação das mulheres para as funções de mãe e esposa, bem como o combate à masturbação e questões sobre as doenças venéreas (ALTMANN, 2013).

A partir dos anos 1980 com a abertura política e maior participação da população, promoveu a fortificação dos movimentos sociais e a discussão referente a educação sexual

nas escolas. Durante os anos de 1990 a luta contra a aids e os recorrentes casos de gravidez na adolescência deram novo estímulo para que o setor público iniciasse debates acerca das práticas sexuais e suas diversidades em relação ao reflexo dessas na sociedade, o que possibilitou que o governo desenvolvesse ações sobre a sexualidade no contexto escolar (PEREIRA; MONTEIRO, 2015).

Assim, em 1998 foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), um documento desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), onde ficava legitimado a educação sexual na Educação Básica no Brasil (BRASIL, 1998). O PCN tinha como objetivo estabelecer profundas discussões e reflexões dos profissionais da educação, pais e responsáveis, para que assim, fosse possível estruturar uma ação pedagógica dentro das escolas relativa às questões da sexualidade. Para Almeida *et al.*, (2011), os Parâmetros tinham como intuito dissolver o tema, de maneira que fosse polarizado nas diversas áreas disciplinares, tal ação promoveria as abordagens pluralistas e interdisciplinares com ênfase nas questões ligadas à saúde, gênero, sexualidade e afetividade dos alunos.

De acordo com o conteúdo dos PCN, o termo “orientação sexual” no âmbito escolar colabora para o conhecimento e o enaltecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, além de promover a prevenção da gravidez indesejada e o abuso sexual (BRASIL, 1998). Dessa forma, pode-se notar que os temas ligados a sexualidade e gênero foram introduzidos no contexto escolar por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pois foi através de sua publicação que as questões da educação sexual escolar foram retomadas.

Ainda que os PCN tenham possibilitado a retomada das discussões e o desenvolvimento de ações sobre a sexualidade, não houveram grandes efeitos no ambiente escolar, conforme Monteiro e Ribeiro (2019), esse foi uma das razões pelas quais os Parâmetros não tiveram sucesso. Um outro motivo, de acordo com Cardoso *et al.*, (2016), foi a inadequação dos PCN às alterações políticas e socioculturais que ocorreram.

No ano de 2001, surgem um documento que se apresentou como uma pauta que possibilitou discussões relevantes no campo da Educação, o então Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/01), este culminou no desenvolvimento de metas, diretrizes e estratégias em relação as políticas educacionais, o PNE vigorou até o ano de 2010. Trouxe como propósitos e metas a criação de cursos para a formação do corpo docente, além de incluir nas diretrizes curriculares estudos na temática referente às questões abordadas nos temas transversais, em especial às abordagens de educação

sexual, saúde, gênero, ética e temas inseridos nos contextos locais (CARDOSO *et al.*, 2016). No entanto, o Plano não foi posto em prática em sua totalidade, assim, várias de suas metas e propósitos foram atendidos parcialmente ou não foram atendidos.

Já no ano de 2011, houve uma proposta para fundamentar um novo PNE, predito para 2011-2020, assim, algumas Conferências Municipais e Estaduais foram realizadas em 2009, e a Conferência Nacional de Educação em 2010. A partir de então foi possível conduzir a elaboração do PNE. Nesse Plano assuntos inerentes à sexualidade foram discutidos no Eixo II – Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos – onde as estratégias e orientações visaram a promoção da igualdade de raça, gênero em relação a orientação sexual e a identidade de gênero, além de tratar de questões relativas aos direitos reprodutivos e da prevenção aos abusos e exploração sexual (CONAE, 2014).

Um detalhe que chama muito a atenção, é o fato de o PNE 2014-2024 não ter abordado os assuntos referentes ao gênero e sexualidade. O Plano apresenta um propósito pertinente a superação das desigualdades existentes na educação, focado na promoção da cidadania e na eliminação de todos os tipos de discriminação (BRASIL, 2014). A Lei nº 13.005/14, foi a responsável pela aprovação do PNE, a Lei não traz qualquer citação sobre orientação sexual, gênero ou diversidade sexual, deixando assim, que esses assuntos sejam tratados dentro da Educação.

Na concepção de Pino (2017), esse fato mostra um pensamento de que:

[...] a educação é capaz de fornecer elementos para que possamos compreender as determinações do processo histórico da sociabilidade em que vivemos de forma a fortalecer a defesa da necessidade de superação dessa forma patriarcal-capitalista de organização da sociedade. Em outras palavras, a educação emancipatória, portanto, vinculada às lutas sociais pode contribuir na formação de consciências críticas (PINO, 2017, p. 22).

No entanto, Groff (2015), parte da perspectiva de que a exclusão dessas questões no texto do Plano, se mostra como um retrocesso para a área educacional. Salientando a força da vontade de um movimento fundamentalista que representa uma parcela significativa do congresso nacional, que negam a existência de outras possibilidades de se expressar a sexualidade e a ótica de um sistema educacional enlaçado às pautas dos direitos humanos.

Dessa forma, é possível perceber que existem diversas opiniões sobre o PNE 2014-2020 e a Lei nº 13.005/14, em relação a sua não abordagem sobre a sexualidade e gênero. Enquanto que alguns autores acreditam que a lei e o plano consideram a educação

altamente capaz de lidar com essas questões, outros partem do pressuposto de que foram formalizadas a fim de cumprirem com os preceitos ideológicos existentes no setor político do Brasil.

Em relação a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi publicado em 2015, esse documento trazia algumas questões sobre a sexualidade, sendo que esses aspectos estavam previstos no componente curricular de ciências, sobretudo em relação ao conhecimento da vida: a constituição e a reprodução; os assuntos foram propostos para o nono ano do ensino fundamental abordando principalmente as características do aparelho genital feminino e masculino com o intuito de que fosse possível compreender as mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais que ocorrem durante o período da puberdade (BRASIL, 2015).

Já em 2016, quando foi publicada a segunda versão da BNCC, a sexualidade é abordada na proposta para a Educação Infantil, versando sobre as características que podem definir a sexualidade do indivíduo, como por exemplo, o grupo social ao qual pertencem, as experiências que vivem em relação a sua raça, classe, religião, gênero, etnia e sexualidade. No que diz respeito ao ensino fundamental, o tema apresenta uma abordagem que contempla as diversas formas de vidas, sendo um aprendizado focado na área biológica (BRASIL, 2016).

Para os anos finais do ensino fundamental, em especial para o oitavo ano a BNCC apresenta o seguinte texto, “Relacionar as dimensões orgânicas, culturais, afetivas e éticas na reprodução humana, que implicam cuidados, sensibilidade e responsabilidade no campo da sexualidade, especialmente a partir da puberdade” (BRASIL, 2016, p. 447). Em sua versão final, aprovada em 2017, o documento traz um texto com intuito de amenizar a desigualdade na educação brasileira, apresentando um grupo de aprendizagens essenciais para o desenvolvimento dos alunos durante as fases da Educação Básica (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, Modesto (2018), explica que é de suma importância que os documentos escolares abordem as questões da sexualidade e gênero, ainda que a BNCC as contemplem apenas na disciplina de Ciências com foco na educação sexual, uma vez que existe uma urgência em tratar desses assuntos no âmbito escolar visto a realidade da sociedade nos dias contemporâneos. A versão aprovada da BNCC, limita a sexualidade à disciplina de Ciências com foco na reprodução humana e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, isso para o oitavo ano.

Ao abordar a orientação sexual focada apenas na educação sexual e prevenção a doenças não cumpre com seu maior dever, que é a compreensão das diferentes formas de se expressar o gênero e sua sexualidade. Tendo em vista a relevância de se compreender as formas de se expressar a sexualidade e gênero, as escolas deveriam abordar tais questões, mesmo que os documentos e planos aprovados não as obrigue a fazê-lo, porém diante as características presentes na sociedade e suas mudanças constantes é necessário que os educandos possam entender e saber lidar com tais assuntos.

5 GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS

Na perspectiva de Durkheim (2001), o sistema educacional deve ser notado como um evento social, levando em consideração suas causas e feitos na sociedade, desde que se compreendam a sua função. Assim, a prática educativa deve estabelecer meios para a promoção da consciência coletiva sobre os ideais que constituem cada sociedade, reproduzindo e fortalecendo a homogeneidade da população, pois a transformação de cada ser humano em particular se dá através da educação e da homogeneidade social, sendo fatores que irão promover a sobrevivência da sociedade como um todo.

Dessa forma, é necessário se debater os temas de sexualidade e gênero no ambiente escolar, uma vez que, a escola é uma extensão da sociedade. De acordo com Auad (2006), a questão do gênero vem sendo discutida em sala de aula no Brasil desde meados dos anos de 1980, muito por influência dos diversos movimentos sociais originados na época, onde se compreendeu a necessidade de se introduzir os assuntos sobre gênero em suas práticas educacionais.

Para Maia *et al.*, (2012), a escola torna-se essencial na contribuição da formação humana dos indivíduos, sendo um fator fundamental para romper com ideias construídas ao longo dos séculos na sociedade, em relação ao gênero e a sexualidade, formando assim, seres humanos conscientes de suas relações com o meio ao qual estão inseridos. Assim, as escolas procuram fomentar a compreensão acerca da sexualidade e gênero dentro de suas experiências educacionais na área da educação sexual, abordando temas como os direitos humanos e os direitos sexuais.

De acordo com Furlani (2011, p. 24), “A educação sexual baseada nos direitos humanos é aquela que fala, explica, problematiza e destrói as representações negativas socialmente impostas a esses sujeitos e às suas identidades excluídas”. Já em relação aos direitos sexuais apresentados na educação, se têm que esse tema se trata de um fator

vitalício, presente desde o nascimento e perdura durante toda a vida do indivíduo e envolve todas as suas conexões sociais (FURLANI, 2011).

A abordagem do gênero e da sexualidade na educação proporciona uma naturalização referente as desigualdades sexuais e de gênero e a expressão da sexualidade em suas mais diversas formas na sociedade, tornando o educando familiarizado com tais divergências, de forma que possa respeitar e aceitar esses aspectos no meio ao qual faça parte. Para tanto, as escolas precisam criar políticas educacionais que sejam capazes de promover aos alunos o conhecimento necessário inerente aos conceitos e as formas que essas questões se apresentam na sociedade (FIORINI; BRABO, 2015).

Ainda assim, existe uma dificuldade em se abordar tais temas em sala de aula, muitas vezes essa dificuldade persiste devido aos valores e concepções em sua maioria repressores, aos quais estão inseridos, configurando-se assim como um enorme tabu. Outro fator se deve ao medo da reprovação que a comunidade possa ter sobre os assuntos, visto a subjetividade das questões abordadas. Tais problemas são persistentes na educação, e decorrem da formação insuficiente à qual o docente foi submetido, que não lhe proporcionou a compreensão e reflexão necessária inerente a educação sexual (FERREIRA; RIBEIRO, 2009).

Diante desse aspecto, surge a necessidade de uma formação específica para os profissionais da área da educação, para que possam atuar de maneira eficaz na questão da educação sexual e da abordagem ao gênero e a sexualidade.

6 FORMAÇÃO DO DOCENTE EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO SEXUAL E DE GÊNERO

Os termos gênero e sexualidade ainda são considerados tabus no meio educacional, e assim, tornam-se um complexo desafio para os educadores, uma vez que, para abordarem tais conceitos no contexto escolar os docentes precisam de conhecimento acerca do assunto (MOREIRA; FOLMER, 2015). Em pesquisas realizadas mostram que um dos principais fatores que causam dificuldade na abordagem da educação sexual e de gênero no ambiente escolar é a falta de conhecimento e de formação que possibilitem aos docentes expor a temática com maior discernimento.

Existe uma proposta sendo elaborada pelo MEC, a Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, o documento prediz uma formação inicial que irá nortear os currículos de instituições responsáveis pela formação de docentes, onde a formação continuada deverá ser redefinida tendo a BNCC

como base para a formular e fundamentar tais formações (BRASIL, 2019). Alguns autores como Carvalho e Martins (2018), criticam a proposta, pois na visão dos autores o documento não traz efetivamente novas ações e diretrizes para a formação de docentes, assim como não valoriza a carreira, além de mostrar a falta de um debate entre as instituições científicas e a sociedade.

Para Alves (2018), é necessário repensar o processo de formação dos professores, tratando-o como um ambiente onde os docentes possam ter contato, e também refletir sobre os fundamentos em que se baseiam as políticas educacionais direcionadas à sexualidade e gênero em contexto escolar. Os docentes não apenas aplicam, mas fazem uma reinterpretação das diretrizes curriculares através de suas próprias visões sobre o mundo, assim é imprescindível que haja uma reflexão e compreensão coletiva acerca das suas práticas, direcionadas ao desenvolvimento do ensino e de seu próprio ser como profissionais da educação (ALVES, 2018).

Dessa forma, o processo formativo dos docentes, ao que se refere às questões de gênero e sexualidade, deve ser baseado em uma ótica ético-política tanto em relação a sexualidade como a educação inclusiva. Esse aspecto indica o rompimento da tradicional visão dualista do ser humano como corpo/mente, matéria/espírito, afeto/cognição, alteando a racionalidade instrumental que limita o professor, passando este a operar com a ideia de que os conhecimentos dispostos sejam assimilados e transformados em práticas adequadas em relação ao gênero e a sexualidade no âmbito educacional (MONTEIRO; RIBEIRO, 2019).

Nesse sentido, é necessário promover um desenvolvimento profissional aos professores, de forma que seja possível que eles atuem a favor do desenvolvimento integral de seus educandos, implicando assim, em tratar o professor como um indivíduo participante do processo formativo, levando em consideração suas experiências profissionais e pessoais, não sendo mais possível relutar contra essas duas dimensões na atuação dos professores. É necessário que nessa formação continuada o docente tenha a possibilidade de discutir e refletir sobre sua atuação profissionais, para que possam atuar de forma a não prejudicar suas escolhas e crenças pessoais ou a de seus alunos, uma vez que o princípio que deve ser respeitado no processo educacional é o do debate, da reflexão, do esclarecimento e sobretudo do respeito à crença, à escolha, à condição e às preferências do outro.

7 RESULTADO E DISCUSSÕES

A pesquisa mostrou que gênero e sexualidade são estudados em sala de aula, dentro de um contexto relacionado basicamente ao sexo biológico, conteúdos sobre DST's, métodos de prevenção à gravidez. Desta forma, nota-se a falta de discussão sobre gênero e sexualidade, pois como afirma Foucault (2000), a sexualidade não é sexo, e sim um modo de ser que se incorpora a um corpo mediante as práticas.

A necessidade de discussão sobre gênero e sexualidade pode ser afirmada por Louro (2007), ao reportar que a temática implica ou envolve mais do que corpos, resulta em fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos, representações mobilizadas ou colocadas em ação para expressar desejos e prazeres. Corroborando com esta afirmativa, Figueiró (2009), diz que toda pessoa tem direito de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual e, também, com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores, sobretudo, os que são ligados ao sexo.

O estudo permitiu observar também, que a temática enfrenta dificuldades para ser discutida em sala de aula. Entre elas, nota-se a falta de preparo dos professores, que poderia ser minimizada por meio de formação continuada dos professores, cursos de preparação e palestras.

Conforme esta afirmativa de Rodrigues e Wechsler (2014), ao abordarem que a formação de profissionais para trabalhar com a temática é de grande importância para que se possa evitar a passagem de conceitos pessoais, preconceitos ou ideias inadequadas. Sendo ainda reafirmando por Oliveira (2009), ao dizer que manter-se informado e atualizado é o primeiro passo para ensinar nesse novo milênio, onde a previsão e o planejamento são essenciais para a obtenção de bons resultados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões relativas à sexualidade e gênero causam influência na forma como os adolescentes determinam suas posturas. Assim, uma abordagem a esses temas se torna necessária para que esses jovens sejam capazes de compreender os padrões sociais contemporâneos dos quais fazem parte.

Desenvolver no ser humano uma reflexão sobre esses temas desperta o indivíduo para um entendimento de seu papel na sociedade, e mesmo em relação a sua própria concepção de gênero e sexualidade. No entanto, na maioria das vezes, essa educação não

parte da família, que devido a questões socioculturais não sabem, ou não aceitam lidar com tais assuntos.

Assim, surge a necessidade de a escola abordar a esfera do gênero e da sexualidade em suas disciplinas de forma que possam suprir essa necessidade dos educandos, ainda que os planos curriculares brasileiros não deem ênfase a esses assuntos, tratando-os apenas no contexto da educação sexual e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Como as construções do gênero e da sexualidade estão estritamente ligados a evolução da sociedade e da cultura, cabe às escolas, como meio formador de consciência social, promover a acessibilidade dos alunos a tais assuntos. No entanto, é importante que o sistema educacional aja de maneira transversal, discutindo o tema em todos os campos disciplinares. E ainda, promover formação adequada a seus educadores, para que possam trabalhar de forma interdisciplinar e lidar com os temas de forma que não cause ainda mais desconforto ou desigualdade entre a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. A, et al. **Orientação sexual nas escolas: fato ou anseio?** Revista Gaúcha de Enfermagem, 2011; 32 (1): p. 107-113.

ALTMANN, H. **Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente.** Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana. n.13 p. 69-82, 2013.

ALVES, A. N. **Práticas discursivas sobre a sexualidade na escola: identidade em (des) construção.** Linguagem & Ensino, 2018; 21, 349-366.4. BARDIN L.

ANAMI, F.; FIGUEIRÓ, M. N. D. **Interação família-escola na educação sexual: reflexões a partir de um incidente.** In: FIGUEIRÓ, M. N. D (org.). Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009.

AUAD, D. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola.** São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual.** Brasília: MEC /SEF. 1998.

_____. Plano Nacional de Educação - PNE. **Plano Nacional de Educação 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p.

_____. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Primeira versão.** Revista, Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015.

_____. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Segunda versão.** Revista, Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2016.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Terceira versão.** Revista, Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. Terceira versão do Parecer.** Revista, Brasília, 2019.

CARDOSO, F. A, et al. **Uma análise dos PCN Orientação Sexual dezoito anos depois.** Cadernos de Pesquisa: pensamentos educacionais, 2016; 11(28):211-225. Disponível em: <<https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/321>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

CARVALHO, L. S.; MARTINS, A. F. P. **Formação de professores de ciências a partir da perspectiva do desenvolvimento profissional.** Revista Pesquisa e Debate em Educação, 2018; 08 (02): 216-242.

COANE. **Conferência Nacional de Educação.** 2014. Disponível em: <<http://conae2014.mec.gov.br/a-conferencia>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia.** Portugal: Editora Melhoramentos, 2001.

FERREIRA, N. B. P.; RIBEIRO, P. R. M. **Sexualidade e história: fissuras no presente.** In: FIGUEIRÓ, M. N. D.; RIBEIRO, P. R. M.; MELO, S. M. (Org.). Educação sexual no Brasil: panorama de pesquisas do sul e do sudeste. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, v. 1, p. 19-24.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual: como ensinar no espaço da escola.** In: FIGUEIRÓ, M. N. D (org.). Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009.

FIORINI, J. S.; BRABO, T. S. A. M. **Parâmetros Curriculares Nacionais e a Oficialização da Sexualidade no Currículo Brasileiro.** 2015. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/parametros-curriculares-nacionais.pdf>>. Acesso em 03 abr. 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber.** (1998) 22. impressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

_____. **A história da sexualidade II: O uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FREUD, S. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos.** 1901-1905. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume VII. Imago Editora. 2006. Rio de Janeiro.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa.** 6. ed. São Paulo. Editora: Atlas, 2017.

GROFF, A. R et al. **A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso.** Revista Ibero Americana de Estudos em Educação, 2015; 10: 1431-1444. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8329>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas.** Educação em Revista, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.

MAIA, A. C. B. et al. **Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 17, n. 1, p. 151-156, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000100017>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MODESTO M. A. **BNCC, transversalidade, meio ambiente e ensino de história: elementos para um diálogo entre história e a pedagogia.** Boletim Historiar, 2018; 05(3): 14-28.

MONTEIRO, S. A.; RIBEIRO, P. **Linguagem, comunicação e educação sexual integradas aos direitos humanos e à cidadania na escola.** Revista de Educação do Vale do São Francisco, 2019; 8(17):1-20.

MOREIRA B. L. R.; FOLMER V. **Percepções de professores de ciências e educação física acerca da educação sexual na escola.** Experiências em Ensino de Ciências, 2015; 10(3):18-30

MOSER, A. **O enigma da esfinge: a sexualidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NUNES, M. J. F. R. A. **Ideologia de gênero na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica.** Belo Horizonte. v. 13, n. 39, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1237/8629>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

OLIVEIRA, V. L. B. de. **Sexualidade no contexto contemporâneo: um desafio aos educadores.** In: FIGUEIRÓ, M. N. D (org.). Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009.

PEREIRA, Z. M.; MONTEIRO, S. **Gênero e Sexualidade no Ensino de Ciências no Brasil: Análise da Produção Científica.** Contexto & Educação. Editora Injuí, ano 30, nº 95, jan/abr.2015, p. 117-146. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3155>>. Acesso em 28 mar. 2020.

PIMENTEL, A. **Dossiê da Sexualidade e Gêneros: Reflexões teóricas e empíricas**. Ed. Letras a Margens. Presidente Venceslau-SP: Editora Maria Ângela D`Incao, 2010.

PINO, A. M. O. **Diversidade sexual e educação: uma relação de desafios e possibilidades**. Natal, Editora: IFRN, 2017. 192.

RIBEIRO, P. R. C.; SOUZA, D. O. **Falando com professores das séries iniciais do ensino fundamental sobre sexualidade na sala de aula: a presença do discurso biológico**. Enseñanza de las Ciencias, Barcelona, v.21, n.1, p.67-75, 2003.

RODRIGUES, C. P.; WECHSLER, A. M. **A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro, SP, 2014.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, 1995.

SILVA, D. de P. M. da. **Superando as desigualdades de gênero: o papel da escola**. Revista Gênero, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - Nuteg, Niterói, v. 8, nº 1, 2007.